

AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

BARROSO, Adriana Inês
BARROSO, Aryanne Inês
GOMES, Claudia
RONDON, Cilas
LEMES, Rafaella de Moraes

RESUMO

Este artigo tematiza a Inclusão Escolar a partir dos estudos no campo da psicologia, tendo como objetivo a problematização do discurso que assevera o direito à educação de pessoas com necessidades específicas. Buscamos identificar os sentidos para os termos Inclusão no contexto pesquisado, ressaltando os desafios vivenciados pelas crianças com deficiência no âmbito social e escolar, especialmente frente a Lei 7.853/89. Como recurso metodológico, assumimos o levantamento sistemático de artigos, a análise dos documentos de referência para a compreensão dos direitos da criança à inclusão no contexto escolar, dialogando ainda com autores que assinalam a relevância da garantia de tais direitos relacionados à manutenção da dignidade, do acesso, da permanência e da qualidade da aprendizagem em contextos em que a diferença é ressaltada. Com este estudo pretendemos contribuir para tornar essa temática mais discutida no âmbito dos estudos em psicologia, pois acreditamos que a psicologia e a educação podem juntas potencializar os espaços de luta pelos direitos das pessoas à inclusão escolar.

Palavra-chave: Diferença. Inclusão. Psicologia. Professores.

SUMMARY

This article discusses the school inclusion from the studies in the field of psychology, having as objective the problematization of the speech that asserts the right to education of people with specific needs. We seek to identify the directions for the terms in context searched, emphasizing the challenges experienced by children with disabilities in the social area and school, especially front 7,853 law/89. As a methodological resource, we assume the systematic survey of articles, the analysis of the reference documents for the understanding of the rights of the child to the inclusion in the school context, dialogue still with authors who point out the relevance of the guarantee of such rights related to the maintenance of the dignity, access, presence and quality of learning in contexts where the difference is highlighted. With this study we intend to contribute to make this subject more discussed in the framework of the studies in psychology, because we believe that the psychology and education can together enhance the spaces of people's rights to school inclusion.

Keyword: Difference. Inclusion. Psychology. Teachers.

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva problematizar a Inclusão Escolar a partir dos estudos no campo da psicologia, tendo como referencial teórico artigos para a leitura e interpretação da Lei 7.853/89 da Constituição Federal Brasileira no que diz respeito ao direito à educação de pessoas com necessidades especiais. Buscamos identificar os sentidos para os termos Inclusão no contexto pesquisado, ressaltando as dificuldades enfrentadas pelas crianças com deficiência¹ no âmbito social e escolar e discutindo os direitos garantidos pela Lei 7.853/89, os quais eram as circunstâncias do mesmo durante a inserção na sociedade, no sentido de problematizar a necessidade de humanização nos processos de inclusão escolar.

No Brasil, atualmente, a inclusão é assegurada por leis e documentos oficiais que defendem a criação e execução de políticas públicas para a formação de professores e para a educação inclusiva, em uma tentativa de minimizar os efeitos da exclusão e atender novas necessidades postas socialmente, que é a de educar a todos, sem distinção (ALMEIDA *et al.*, 2007 *apud* RESENDE, et al, 2010).

Tal movimento tem se intensificado a partir de diferentes estudos acerca no contexto educacional, e de forma mais tímida, também no âmbito da Psicologia desenvolvimentista. Nesse sentido, cabe destacar que diferentes estudos nos espaços das teorias educacionais têm sido fundamentados por um viés psicológico, o que faz com que a psicologia participe dos espaços de disputa sobre os saberes veiculados a respeito da criança, e neste caso, sobre a criança com algum tipo de especificidade no tocante à aprendizagem.

Autores como (SASSAKI *apud* PRADO, 1997) conceituam a inclusão como processo pelo qual a sociedade se “adapta” para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais, simultaneamente, e preparam para assumir seus papéis na sociedade.

Em uma sociedade baseada no produtivíssimo, a escola tanto apresenta um papel de reprodutora dos modelos sociais quanto possibilidade de transformação das desigualdades, BOURDIEU E PASSERON, (1975). Desse modo, todos os sujeitos são envolvidos por uma lógica que deve incluir, preparar e integrar o cidadão em um projeto de futuro.

¹Neste trabalho optamos pelo uso do termo criança com deficiência em alusão a convenção realizada em Nova York em 30 de março de 2007, em que foi facultado o direito de se auto definirem, e assim o fizeram como Pessoas com Deficiência, colocando a sua condição humana em primeiro lugar, direito reconhecido no Brasil em 2009, a partir do decreto 6949.

Ao analisarmos a inclusão de crianças com necessidades especiais, somos de certo modo, remetidos ao campo da educação e às suas inúmeras práticas discursivas, as quais vêm sendo abordadas, através da inclusão escolar outros aspectos como a diferença, a tolerância, o respeito mútuo. Ressaltando que a separação entre inclusão social e escolar destaca uma separação artificial, já que não há como cindir as duas, ambas fazendo parte de um mesmo método social (RORIZ *et al* 2005).

Neste estudo, optamos por salientar o sentido da inclusão como importante elemento das produções sobre direito à educação, especificando aquilo que entendemos ser papel da psicologia no âmbito da estruturação/fundamentação de tais sentidos. Além disso, este estudo procura destacar a importância da Psicologia em participar dessa discussão, especialmente por poder contribuir para o entendimento acerca do desenvolvimento humano, por meio da problematização disponibilizada pela teoria sócia interacionista.

Atualmente, a Psicologia figura como um dos campos teóricos que mais enunciam saberes sobre o desenvolvimento humano. Na perspectiva do desenvolvimento encontramos Piaget, que com seu arcabouço teórico defendia, dentre outras coisas, a primazia do desenvolvimento para a construção da aprendizagem. Em sua compreensão, a criança evolui respeitando fases do desenvolvimento, a partir de um trajeto maturacionista e evolucionista, ainda nesse sentido é possível salientar que, o processo de assimilação, acomodação e equilíbrio compõe uma estrutura para o desenvolvimento centrado no conhecimento.

Com um entendimento um pouco diferenciado, a perspectiva de Henri Wallon, traz para a teorização sobre o desenvolvimento, a importância da motricidade, bem como dos elementos afetivos, em sua teorização mais ampla destaca fundamentos do humanismo, quando propõe para educação a teoria da pessoa completa. Em sua teoria, que em muitos aspectos pode ser compreendida como uma teoria humanista, Wallon dá indícios de aspectos sociais relativos a acolhida e a empatia, ainda que não os destaquem sobremaneira.

O pressuposto de Vygotsky, do mesmo modo, assevera um caráter evolucionista no desenvolvimento humano. Este, entretanto, traz elementos diferentes e importantes para o contexto da teorização sobre o desenvolvimento. Nessa perspectiva, o desenvolver-se se dá por meio da aprendizagem, ocorrendo uma importante inversão nos pressupostos piagetianos, da interação qualificada e da mediação simbólica. Embora consideremos a importância dos autores anteriormente citados, entendemos que tal perspectiva (a interacionista) se mostra mais potencializadora no âmbito deste trabalho, pois assinala para a importância da interação, da

linguagem e da aprendizagem da criança comumente denominada especial (RABELO E PASSOS, 2017).

Incluir uma criança no contexto escolar representa, no entendimento disposto neste trabalho, mais que receber uma criança em um determinado espaço físico, significa possibilitar o acolhimento, bem como experiências de mediação qualificada para que a pessoa possa de fato ter garantido seu direito ao aprender, e assim, desenvolver-se. Para Gomes e Souza (2011), a figura de um profissional psicólogo escolar, é de grande importância nesta dificuldade de inclusão de crianças especiais, sendo que ser psicólogo no Brasil é apreciar as obrigações psicológicas de todos os sujeitos envolvidos, independente de classes sociais, habilidades físicas ou mentais, em soluções de risco ou situação abastadas, e proteger os direitos ao atendimento de suas necessidades e à promoção de seu desenvolvimento, sem discriminação ou intolerância de qualquer tipo e grau.

A perspectiva em questão postula que a aprendizagem propicia o desenvolvimento, portanto, garantir o direito à aprendizagem passa a ser uma das formas de garantir o desenvolvimento da criança. Entretanto, embora pareça uma questão de fácil resolução, para que a aprendizagem ocorra, torna-se necessário que haja um ambiente propício, condições externas que mobilizem o envolvimento, o diálogo e a mediação. Entendemos que, nesse entendimento, muitos estudos, sobre o desenvolvimento ou não, acabam por militar em torno da questão do acesso e da qualidade do ambiente. Nosso estudo, no entanto, procura diferenciar-se, especialmente no tocante a pensar a qualidade da mediação como elemento capaz de, efetivamente, oportunizar inclusão.

Este estudo está estruturado a partir da pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, por meio dessas formas de levantamento, buscamos discutir os sentidos sobre a inclusão escolar, considerando tanto a produção bibliográfica quanto os documentos que defendem os direitos à aprendizagem para a pessoa que apresenta necessidades específicas² de aprendizagem.

A inclusão escolar é algo amplo, isso pois, toda a escolarização já é em si uma forma de inclusão para a inclusão social, nesse sentido, o processo de incluir crianças independente de sua especificidade é uma demanda importante a ser focalizada. Há nesse contexto uma série de disputas que evocam uma compreensão acerca das mudanças sociais necessárias para que a inclusão possa se tornar uma realidade e outra que, frente as pessoas e as garantias da dignidade

² Optamos por trabalhar com a expressão necessidades específicas acreditando que, de certo modo, todos nós possuímos diferenças que nos fazem requerer atenção diferenciada no contexto educacional.

humana que se mostram necessárias, opta por não adiar para um outro tempo o enfrentamento urgente das desigualdades vivenciadas por minorias. Nesse sentido, e pensando em uma parcela da população mais frágil, a qual o direito a aprendizagem fica atrelada em muitos casos, apenas na inserção no espaço físico, a realização deste trabalho se justifica.

Como resultados, o presente estudo busca evidenciar a relevante contribuição da psicologia para a compreensão acerca do desenvolvimento humano, bem como para os processos de mediação possíveis para a garantia de espaços mais produtivos para a inclusão escolar. Além disso, pode ainda a psicologia contribuir para ressignificar o próprio conceito de inclusão, para além da acomodação da pessoa (criança) com deficiência no espaço físico escolar. Essa contribuição precisa, ao nosso entendimento, apostar nos processos de interação e de mediação qualificada, que considera três pontos importantes para a aprendizagem e para o desenvolvimento, o que sabem as crianças, como elas aprendem e como se desenvolvem.

Acerca disso, cabe salientar que a escola, mesmo sendo uma organização com uma dimensão espacial e física é também um espaço em que símbolos, códigos, regras e conceitos são trabalhados. Nesse entender, a escola, além de ser um lugar que recebe diferentes pessoas, é um espaço social que possui imensa significação para a formação social/cultural dos cidadãos.

METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido a partir da pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e também documental. Segundo os autores (LIMA e MIOTO, 2007), a pesquisa bibliográfica sugere um conjunto composto de procedimentos em busca por soluções, atento ao objeto de estudo. Nesse tipo de pesquisa existe a orientação acerca da produção de inferências, estas realizadas a partir da produção textual já existente.

A pesquisa bibliográfica permite um vasto alcance de informações, além de admitir a uso de dados dispersos em inúmeras publicações, amparando na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que abrange o objeto de estudo proposto (GIL, 1994 *apud* LIMA e MIOTO, 2007).

Para este estudo foi realizado um levantamento acerca das produções acadêmicas sobre inclusão no âmbito da psicologia, Leis, e acordos que procuram atender a pessoa com deficiência também foram considerados.

Ainda foi efetuado o estudo da Lei 7.853/89 constantes na Constituição Federal Brasileira, como documento relevante para a compreensão acerca dos direitos educativos direcionados à pessoa com deficiência. Nesse sentido, de acordo com a lei, os estados devem garantir a educação para pessoas com deficiência, mas mesmo com essa lei que obriga a *integração* de crianças portadoras de necessidades especiais ainda há dificuldade de essas crianças serem inseridas em um contexto escolar.

No campo educacional, muitas divergências são notadas quando os termos inclusão e integração são enunciados. A pesquisa bibliográfica combinada à pesquisa documental permitiu o levantamento nocional dessas nuances e disputas por significação.

Para Gil (2002), a pesquisa documental se assemelha a pesquisa bibliográfica, diferenciando-se somente na natureza das fontes utilizadas. Enquanto a pesquisa bibliográfica emprega fundamentos das contribuições dos múltiplos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental possibilita uma compreensão acerca do tema, do contexto de elaboração e dos efeitos políticos que tais documentos produzem no contexto social.

Como aporte teórico para o presente estudo, apostamos na psicologia do desenvolvimento como meio potente para a discussão acerca dos direitos à aprendizagem das pessoas deficientes. A teoria Sócio interacionista, nesse contexto, se mostra pertinente, uma vez que ao apostar no processo de interação, entendemos existir a superação da visão que destaca a inclusão somente como inserção no ambiente físico da escola.

Para a análise do material textual coletado, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo a partir da qual foi possível estabelecer categorias temáticas e dicionarização, contagem de frequência e ocorrência de termos relativos ao processo de busca (BARDIN, 1979).

O levantamento da categorização foi realizado por meio da análise de conteúdo (AC), no qual de acordo com os autores BAUER & GASKELL (2002 p. 189) é uma prática de análise de um texto que tem seu avanço compreendido através da ciência sociais baseado na experiência, no qual a grande maioria das análises clássicas de conteúdo busca atingir o ápice em descrições numéricas de determinadas particularidades do corpus texto, consiste em dar a atenção aos “tipos” “qualidades” e “distinções” no texto.

Para os autores, a “AC muitas vezes implica em um tratamento estatístico das unidades de texto. Maneira objetivada refere-se aos procedimentos sistemáticos, metodicamente explícitos e replicáveis: não sugere uma leitura válida singular dos textos”. BAUER & GASKELL (2002 p. 191).

Dessa forma, a AC reformula suas representações em duas extensões, sendo elas: sintática e a semântica. No contexto da sintaxe são analisadas as estruturas que apresentam um determinado conteúdo, sugerindo efeitos de sentido, já no âmbito semântico, as relações de sentido, sua construção de possibilidade é inferida, analisada.

Os autores contextualizam a AC em:

Procedimentos sintáticos se enfocam os transmissores de sinais e suas inter-relações. A sintaxe descreve os meios de expressão e influencia como algo é dito ou escrito[...] os procedimentos semânticos dirigem seu foco para a relação entre os sinais e o seu sentido normal- sentido denotativo e conotativo em um texto. (BAUER & GASKELL, 2002 p. 192).

O processo de levantamento sistemático considerou os termos chave, Inclusão, psicologia educação, dos quais foi possível encontrar 32 artigos relacionado com esse tema que serão analisados neste trabalho. É possível salientar que o processo de busca permite um levantamento aleatório de textos, que nem sempre possui relação com o proposto pelo trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A teoria sócia histórica está inserida em um contexto maior de lutas por uma sociedade mais digna e igualitária que confronta, principalmente, a ideia de um inatismo capaz de comprometer a aprendizagem e o desenvolvimento das pessoas.

Falar da proposta de Vygotsky implica considerar que seu trabalho é extremamente complexo, visto que sua elaboração tem por meta à constituição de um projeto de psicologia que pudesse analisar os problemas de aplicação prática do homem, em atendimento às necessidades emergentes da nação russa que acabava de nascer após a revolução socialista de 1917 (LUCCI, 2006, p. 2),

Para Lucci (2006), Vygotsky, auxiliado por colaboradores amplia a possibilidade de pensar as condições biológicas da sociedade em que vivia, evitando assim, uma série de reducionismos relacionados às capacidades da espécie humana. Muitos de seus críticos atuais, discutem que, embora Vygotsky tenha apresentado um modelo totalmente novo e adequado a um projeto social mais humano e igualitário, suas proposições caíram em um determinismo social.

Essas críticas não conseguiram abalar o pensamento que está fundamentado nas discussões culturais atuais, possibilitando a educação a pensar o desenvolvimento humano para além das capacidades genéticas. Atualmente, diferentes estudos trazem as noções de interação e de mediação como elementos importantes para o ensinar e aprender no âmbito escolar.

A cultura, elemento central nessa perspectiva, é o meio pelo qual toda e qualquer pessoa, tendo as condições favoráveis para a aprendizagem pode desenvolver coletivamente. Nesse sentido, uma pessoa que tenha se inteirado dos símbolos culturais pode sempre mediar os processos de socialização de outras pessoas ainda em processo de construção de repertório cultural. Nesse sentido, a mediação se realiza tendo em vista sempre aquilo que o sujeito sabe, aquilo que pode vir a saber com ajuda e aquilo que potencialmente será capaz de aprender.

Pensar na nomenclatura comumente utilizada no âmbito da inclusão, mostra-se importante para este estudo, uma vez que, quando optamos por trabalhar com sentidos da diferença, focalizar a pessoa e não sua especificidade delineia uma outra lógica de operar com a significação partilhada para o processo de socialização/interação de pessoas deficientes.

Entendemos que deficientes são os meios pelos quais o processo de construção da educação inclusiva se instaura. A pessoa com algum tipo de necessidade específica pensada fora do binarismo eficiente/deficiente pode sim ser incluída no processo de ensino aprendizagem, desde que, novas formas de mediação também sejam pensadas para além da inserção dessa pessoa no ambiente físico.

Nesse sentido, a teoria sócia histórica contribui, uma vez que assinala a possibilidade da aprendizagem como gênese para o desenvolvimento. Nesse sentido, pensar os processos de mediação que provocam a aprendizagem parece ser um meio importante para recontextualizar as lógicas que ultrapassem a adequação das crianças nos ambientes, viabilizando assim, de fato, a inclusão.

A manutenção da expressão pessoa deficiente, entretanto, se orienta pelo entendimento que se faz presente no campo educacional, o qual não dispensa as conquistas obtidas no campo da inclusão pelo uso da terminologia em questão. Assim, optamos por trazer *pessoa deficiente* como expressão estratégica, visando fortalecer o entendimento de que uma especificidade, uma *diferença*, não pode ser abandonada quando bem entendemos, o que o termo *com* sugere frente ao termo *sem*. Tal raciocínio também figura nos termos *portador de*, *que tende a sugerir que a diferença é portada em alguns momentos, já em outros, a deficiência pode ser deixada, esquecida, abandonada*.

Optamos desse modo, na focalização da pessoa, e não sua diferença, sinalizar para a importância da acolhida em termos ambientais, mas, sobretudo, na construção de experiências de aprendizagens significativas para a pessoa que possua alguma especificidade e demande de atenção também específica no contexto da mediação pedagógica.

De acordo com Fávero (2009) a Organização das Nações Unidas (ONU), juntamente com a Convenção dos Direitos da Criança (CDC), tem seguido na defesa pelos direitos de indivíduos e grupos que sofrem discriminação de toda sorte, o movimento em defesa das pessoas deficientes tem ganhado adeptos e conquistado espaços cada vez mais significativos. A (CDC) traz especificamente no artigo 23 os direitos de crianças e jovens com deficiência:

Os Estados-partes reconhecem que toda criança com deficiência física ou intelectual deverá desfrutar de uma vida plena e decente; reconhecem o direito da criança deficiente de receber cuidados especiais; estimularão e assegurarão a prestação de assistência adequada ao estado da criança, que será gratuita e visarão assegurar à criança deficiente o acesso à educação, à capacitação, aos serviços de saúde, aos serviços de reabilitação, a preparação para emprego e às oportunidades de lazer, de forma que ela atinja uma completa integração social (FÁVERO *et al* 2009, p).

Sendo que no Brasil, há distintas leis que ratificam a CDC e avalizam os direitos de crianças e jovens com deficiência, entre elas a lei 7.853/89, a qual foi criada para garantir ao indivíduo com deficiência a sua integração social. Para Fávero (2009) e Alves, Sanchez (2005), o documento se presta a assegurar o total exercício dos principais direitos destes grupos sociais, incluindo o direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer e à previdência social.

A Lei 7.853/89 define no artigo terceiro a seguinte consideração:

I-Deficiência é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicologia fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desenvolvimento de atividade,

dentro do padrão considerado normal para o ser humano; II- Deficiência permanente é aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de quase altere, apesar de novos tratamentos; III- Incapacidade é uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida (ALVES & SANCHES, 2005,p.02).

Contudo, a Lei 9394/96 - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB) trata especificamente dos direitos dos “educandos portadores de necessidades especiais à educação “preferencialmente” nas escolas regulares”. Porém, esse termo vem sendo foco de debate entre especialistas das áreas, sendo que o termo “preferencialmente” permite a perpetuação da exclusão de qualquer criança, jovens e adultos com deficiência com base na lei, isto é, podem ser empregados como justificativa pelas escolas para recusar, delongar, cancelar ou fazer suspender (Lei no 7.853/89).

Nas considerações de Fávero (2009), as brechas da lei, ocasionadas por termos como o destacado anteriormente evocam práticas discursivas que tem reforçado o ideário de que escolas específicas atenderiam de forma satisfatória as pessoas deficientes. Na compreensão de Fávero, “O termo preferencialmente permite às escolas afirmarem que é “preferível” que este (a) educando (a) estude em uma escola segregada apropriada “para ele (a)” (FÁVERO, p. 35, 2009) ”.

Acerca disso, cabe salientar o princípio que guia a definição da Declaração de Salamanca (UNESCO,1994), juntamente com autores ONU (1994) *apud* Roriz (*et al* 2005) e Glat, Fernandes (2005), o contexto de que os Estados assegurem a educação para pessoas com deficiência sejam parte integrante do Sistema Educacional, ou seja, que as escolas regulares necessitam não somente acomodar, mas incluir todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, sociais e emocionais. Entendemos, nesse sentido que, acomodar distancia-se da significação de acolhida, ou seja, por acolhimento compreendemos o ato de receber, algo que muitas vezes não acontece de forma adequada, tanto pelos espaços que se mostram inadequados quanto pelo sentimento frente à diferença e a ausência de qualificação para atendimento das necessidades específicas apresentadas no contexto pedagógico.

De acordo com os autores Freitas, Mendes (2008); Roriz, Amorim, Ferreira (2005) e Dota, Álvaro (2009), o tema inclusão tem gerado muitas discussões no meio acadêmico, na política e na sociedade em geral; existe grande dificuldade em definir a inclusão avaliando o quanto a educação tem avançado no sentido de oportunizar cenários de educação inclusiva. A inclusão social aborda questões como respeito às diferenças e à participação igualitária dos

cidadãos. No caso de crianças, a inclusão abarca sua participação na sociedade em geral e, particularmente, em instituições de educação regular.

Ao considerarmos a inclusão de crianças, porém, somos automaticamente remetidos ao campo da educação e às suas inúmeras práticas discursivas, as quais atualmente vêm sendo abordadas, dentre outras formas, por meio da inclusão escolar. Vale mencionar que essa separação entre inclusão social e escolar se trata de uma separação artificial, já que não há como cindir as duas, ambas fazendo parte de um mesmo processo social.

Segundo Dota e Álvaro (2009), embora o tema inclusão seja amplamente discutido no meio acadêmico, político e social, nota-se a falta de informação e a distorção quanto ao verdadeiro significado deste processo, bem como do próprio termo “deficiente”. Ainda faltam palestras, seminários e cursos informativos para o esclarecimento adequado do assunto, principalmente aos professores, essenciais no processo de ensino-aprendizagem, que lidam diretamente com a inclusão. Em outro sentido, é preciso também não cair na armadilha de que em algum lugar, sujeitos privilegiados tenham a resposta acerca do que deve ser feito no contexto da escola. Desse modo, este estudo não tenta direcionar de forma a regular a maneira como a educação inclusiva deve se estruturar, entendemos que essa construção é coletiva, deve ser constantemente discutida entre os sujeitos que vivenciam os desafios de aprendizagem no âmbito da escola.

De acordo com Mantoan *apud* Dota e Álvaro (2009), o termo inclusão é o ato ou efeito de incluir, ato pelo qual um conjunto contém ou inclui o outro; e, se levarmos em conta essa ideia, integrar um portador de deficiência à sociedade, seria integrá-lo de maneira a dar acesso aos serviços de mercado de trabalho, escola e lazer; que fosse um indivíduo aceito na sociedade, com direitos e deveres, capaz de uma vida produtiva e independente. Mittler *apud* Dota, Álvaro (2009) e Mantoan (1997) Ohl, N, *et al* (2009) fazem uma comparação entre os conceitos de integração e inclusão, em que integrar é entendido como a preparação do aluno para ser colocado na escola regular, devendo ele adaptar-se a ela.

Nesse sentido, o conceito de integração demanda a compreensão acerca da adequação do sujeito ao âmbito escolar e não o contrário. A integração escolar é uma forma condicional de inserção que dependerá do aluno, ou seja, do nível de capacidade de sua adaptação às opções do sistema escolar, da sua integração seja em sala regular, em classe especial ou mesmo em instituições especializadas.

Em nosso entendimento, orientados pelas discussões já existentes no campo educacional, trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém, nada se questiona do esquema

em vigor, a não ser a necessidade de maior esforço por parte do sujeito para se integrar cada vez mais e melhor. Assim, na perspectiva da integração, acabamos por nos contentar com uma transformação superficial, na qual as pessoas deficientes se adaptam às necessidades dos modelos que já existem na sociedade, que faria apenas ajustes inevitáveis.

Já incluir significa segundo Feffermann (1999) *apud* Ohl, N, *et al* (2009); e Dota, Álvaro(2009), existe grande dificuldade em definir o termo inclusão e seu papel na sociedade, em que o espaço para o processo de socialização e de transmissão de valores, preparação adequada aos professores e apoio de seus diretores, das autoridades locais e também dos coordenadores pedagógicos fazendo todos os alunos se sentirem incluídos e bem vindos à escola, por meio das reformas propostas em termos de avaliação, pedagogia, agrupamentos e sala de aula. Nessa perspectiva, incluir não corresponde a colocar uma pessoa deficiente em uma sala regular, este deveria ter acesso às oportunidades, assim como qualquer aluno, com seus direitos garantidos. Portanto, a inclusão escolar é uma forma de atendimento que as escolas utilizam para trabalhar com o acolhimento de toda pessoal que procuram o ensino educativo, não importando com as diferenças, e sim proporcionando a oportunidade de ensino para o sujeito. (ALMEIDA et al., 2007 *apud* RESENDE, et al, 2010).

Resende (2010) destaca a importância das significações atribuídas por profissionais da educação acerca da inclusão. Nesse sentido, salienta que alunos com necessidades educativas especiais são significados no contexto do fazer pedagógico o que também pode sinalizar a forma como o mesmo é desenvolvido. Autores do campo assinalam para o sentido que a escola inclusiva deve privilegiar. A escola inclusiva é aquela que está preparada para o atendimento de todas as pessoas que queiram efetuar sua matrícula no sistema regular de ensino, independentemente de cor, raça, etnia, gênero, orientação sexual e/ou qualquer condição física e psicológica, proporcionando a todos as oportunidades e possibilidades de se construírem enquanto sujeitos (ALMEIDA et al., 2007 *apud* RESENDE, et al, 2010).

A educação é constituída por múltiplos determinantes, dentre os quais os fatores de ordem psicológica; portanto, a psicologia tem contribuição para a Educação. Que seja uma psicologia capaz de compreender o processo ensino-aprendizagem e sua articulação com o desenvolvimento, fundamentada na concreticidade humana (determinações sócio históricas), compreendida a partir das categorias totalidade, contradição, mediação e superação (ANTUNES, 2008, p. 474).

Ainda no tocante à educação inclusiva, segundo Stainback & Stainback *apud* Dota e Alvaro (2009), os professores parecem temerosos na construção da educação inclusiva, pois as responsabilidades desses sujeitos são maiores. Além do mais, ter um aluno incluído pode ser o motivo de mudança na rotina desses professores, que não estão preparados para recebê-los e ensiná-los.

Entendemos que tal afirmação descortina uma dificuldade vivenciada na formação inicial dos cursos de licenciatura, que, por vezes, pouco focalizam as diferenças expressas no contexto da sala de aula. Entretanto, diante de toda discussão teórica estudada, seríamos ingênuos em atribuir a responsabilidade de fomentar e garantir a educação inclusiva apenas aos professores e ao contexto escolar, a saber, que cabe também esta responsabilidade ao Poder Público (Estado), a comunidade, as famílias, bem como, toda a sociedade, promover e buscar meios que assegurem os direitos de pessoas (crianças) com deficiências, e incluí-las nos espaços educacionais e que possam ter rendimentos pedagógicos significativos, dentro das suas limitações. Haja vista que a educação inclusiva se mostra um desafio de toda a sociedade. Nela, a diferença deve ser acolhida, respeitada e considerada o material essencial para a construção de vivências pedagógicas significativas. Uma sociedade que não acolhe e respeita a diferença de uma forma mais ampla, por mais que sinalize para uma escola inclusiva não conseguirá viabilizar as condições necessárias para que ela ocorra.

DISCUSSÃO A PARTIR DO MATERIAL DISCURSIVO LEVANTADO

Os artigos que abordam a inclusão escolar desde o ano 2001 ao ano 2012, discutem as seguintes temáticas: educação infantil, a formação de professores. Nesse contexto foi possível observar que são frequentes a associação entre inclusão, educação, professor, comunidade, história da deficiência, cultura e profissionais da saúde.

No tocante as temáticas abordadas, ainda são possíveis ressaltar a ideia de segregação bastante presente nas práticas discursivas em questão. Um fator interessante, entretanto, é a sua constante desconstrução, pois alguns estudos problematizam a exclusão apostando ou na ideia de integração ou de inclusão.

Além disso, é possível compreender a existência das discussões que tematizam a tecnologia como suporte para a inclusão de pessoas com deficiência. Tal expressão não se mostra unânime, pois é possível verificar as expressões: pessoas deficientes, portadoras de deficiência, com deficiência, necessidades especiais entre outros. Tais expressões parecem significar não somente um modo de nomear as pessoas que participam do processo de inclusão, mas significam uma série de disputas em torno da maneira como se dá esse processo. Além disso, também destacam a maneira como as pessoas com deficiência foram significadas no âmbito educacional.

Outro aspecto a ser ressaltado é como vários estudos estão centrados em discutir a formação docente e as práticas de professores, sejam para problematizá-las ou ainda para discutir suas potencialidades. A formação docente é vista em tais estudos como meio para favorecer a educação inclusiva. As especificidades relativas à deficiência também são destacadas no contexto dos estudos sobre a temática, sendo o autismo, a síndrome de down e a deficiência mental os temas que recebem maiores enfoques.

No tocante aos estudos e suas perspectivas teóricas, é possível destacar, a psicologia histórico-cultural, as teorias do desenvolvimento, psicologia social e a abordagem centrada na pessoa, as que recebem maior enfoque. Termos como interação, integração, inclusão são os mais ressaltados nesse contexto. Nesse sentido, é preciso destacar que, embora os estudos em psicologia ressaltem a sensibilidade para o trabalho com a pessoa com deficiência, não conseguem ainda deixar claro como se dá o trabalho de mediação no contexto da educação inclusiva.

Diante dos 32 artigos encontrados 17 relatava informações sobre a diferença entre o conceito de Inclusão e Integração por meio dos autores Dota, Alvaro, Ohl (2009) e Feffermann

(1999)relataram as dificuldades de definir o termo inclusão e seu papel na sociedade. Inclusão é um conjunto de incluir o outro, em contrapartida, integração tem como objetivo fazer com que o aluno ao ser integrado em uma escola regular, ele adapte-se a ela.

Em relação aos artigos pesquisados que abordam inclusão na concepção dos profissionais da educação, a educação inclusiva não parte apenas dos professores, mas sim de um conjunto de mudanças que vai do âmbito acadêmico, ao espaço arquitetônico da família e da sociedade. Entendemos ser comum às práticas discursivas dos professores o entendimento de que há uma série de condições para que a inclusão escolar seja possível.

Conforme o postulado na Declaração de Salamanca traz em seu contexto para que os Estados assegurem a educação para pessoas com deficiências sejam parte e integrante do sistema educacional, envolvendo vários órgãos institucionais para mobilizar em favor daqueles que necessitam de educação especial dentro do sistema regular de ensino. (ONU, 1994 apud RORIZ, AMORIM, FERREIRA, 2005); Salamanca, bem como no disposto pela lei 9394/96 é um comprometimento do Estado como garantir a matrícula em escolas regulares, sendo essa garantia um direito fundamental para sua dignidade humana. É importante esses âmbitos escolares estarem adequados em questões arquitetônicas para receberem esses alunos, adequar a cada demanda, mas é importante se pensar para além das questões físicas, da estrutura escolar, é fundamental que esses alunos possam se envolver com os demais, deve haver a interação o que contribui para o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes.

Para que essa interação ocorra, Antunes (2008) expõe que a psicologia escolar busca diversas formas para trabalhar com o convívio escolar, uma delas é o trabalho multidisciplinar, olhando de forma em geral, o convívio da escola com o psicólogo e colher a demanda da família, pelos motivos da promoção de saúde que é desenvolvido no aprendizado da criança, tanto no seu grupo social e também dentro da família.

Vale ressaltar sobre as contribuições da Psicologia Escolar e da Psicologia Educacional para o processo da educação, faremos uma breve distinção de ambas, e de que maneira elas contribuem para o processo da educação. Segundo Antunes (2007 apud Barbosa & Silva 2012), afirma que a Psicologia Educacional pode ser compreendida como sub-área (da psicologia) de conhecimento, que possui como vocação a produção de saberes relativos ao fenômeno psicológico que constitui no processo educativo, ao passo que a Psicologia Escolar se constitui, quanto campo de atuação do psicólogo, que pode vir realizar intervenções nos espaços escolares ou a ele relacionado. É preciso salientar que embora a Psicologia escolar apresente pressupostos diferenciados da Psicologia Educacional, ambas focalizam o processo

escolar como centro de suas ações. Em um diálogo com o contexto educacional é preciso considerar que a educação enquanto processo de formação integral do sujeito por meio da escolarização necessita estar aberta a diferentes campos como a sociologia, a filosofia, a antropologia, e também a psicologia. Diante de todo o contexto analisado, foi possível compreender que a psicologia pode contribuir para o contexto da inclusão social, não trazendo um direcionamento, de como a educação inclusiva deveria estruturar, mas, dialogando acerca da maneira como o desenvolvimento infantil, ocorre para a compreensão dos processos psicológicos nas relações entre aprendizagem, desenvolvimento e educação da criança com algum tipo de especificidade no tocante à aprendizagem.

Um aspecto bastante importante no contexto do levantamento diz respeito ao número de trabalhos acerca da educação infantil em relação à educação inclusiva. A partir dos estudos é possível notar uma cisão entre o pensar a educação infantil para a criança e pensar a educação infantil para a criança com deficiência.

Dentre os estudos ora destacados, apenas quatro discutiam a educação infantil na perspectiva inclusiva, sem, contudo, trazer elementos de uma discussão específica para a infância. Além disso, parece existir grande dificuldade em articular as proposições da psicologia sócio cultural para esse contexto educativo.

No que se refere a mediação, por exemplo, a tecnologia e os jogos são os meios privilegiados para o ensino, o que de certo modo, parece querer revelar uma fragilidade das discussões em encarar a criança (para além de sua deficiência) nesse âmbito.

Nesse tocante é fundamental o papel do psicólogo na educação principalmente quando na inclusão escolar, onde o mesmo possa trabalhar de forma coletiva, fazendo ligação entre escola, família e comunidade para que ocorra um desenvolvimento social e de aprendizado para criança.

Segundo Martinez (2010), se o psicólogo tiver um olhar perante o desenvolvimento da criança ele poderá estar orientando os pais e a escola sobre o desenvolvimento do aluno assim colocando os pais e a escola fazendo parte deste tratamento e mostrando uma forma de se adaptar e ajudar o aluno especial a crescer naquela sociedade.

Sendo assim, este trabalho se mostra relevante, uma vez que acreditamos que a psicologia possa contribuir para a compreensão de como se dá a aprendizagem e o desenvolvimento humano em contextos em que as necessidades específicas se fazem presentes. Acreditamos que todas as pessoas necessitam de diferentes processos de mediação tendo em

vista que todas possuem necessidades educacionais específicas. Esse olhar para a diferença focaliza mais a pessoa que a própria especificidade que a mesma possa representar

REFERÊNCIAS

ALVES, L, P; SANCHEZ, C, P; **A Inclusão da criança com deficiência na escola.** Revista eletrônica 2005, disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2162/2228>. Acessado em 17 mar.2016

ANTUNES, M, A, M. **Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas.** Psicol. Esc. Educ. (Impr.), Campinas, v. 12, n. 2, p. 469-475, Dec. 2008. Disponível em :<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000200020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 maio, 2017.

BARBOSA, D, R; SOUZA, M, P, R. **Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão Psicol.** Esc. Educ. Vol.16 n 1. Maringá Jan/June 2012. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572012000100018>. Acesso em 08 de Nov de 2017

BAUER, M, W.; GASKELL, G, ed. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis - RJ: Vozes, 2002. p. 189-192.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução.** Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CASTORINA, José Antônio. O debate Piaget-Vygotsky: a busca de um critério para sua avaliação. In.: Piaget-Vygotsky: novas contribuições para o debate. São Paulo. Ática, 1998. Pp.7-50.

DOTA, F, P; ÁLVARO, D, M, A. **Ensino inclusivo: aspectos relevantes.** Revista. Psicopedagogia 2009; 26(79): 124-8. Disponível em file:///C:/Users/usuario/AppData/Local/Temp/Temp1_artigos%20usados%20no%20TCC.zip/v26n79a14.pdf. Acessado em 03 de junho de 2017

GALVÃO, Izabel. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 7º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GLAT, R; FERNANDES, E, M. **Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira.** Artigo publicado na Revista Inclusão nº 1, 2005, MEC/ SEESP. Disponível em file:///C:/Users/usuario/AppData/Local/Temp/Temp1_artigos%20usados%20no%20TCC.zip/ac5f60b62303b5061bfba7c01690e129.pdf. Acessado em 03 de junho de 2017

GIL, A, C. **Como elaborar projeto de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002. 4ª ed.

GOMES C. SOUZA. V.L. T. **Educação, e psicologia escolar e inclusão: Aproximações necessárias.** Revista Psicopedagogia, São Paulo, v28, n 86, 2011, disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-84862011000200009&script=sci_arttextAcesso em 17 mar.2016.

LIMA, T, C, S; MIOTO, R, C, T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

LUCCI, Marcos Antônio. A proposta de Vygotsky: a psicologia sócio histórica. Acesso em <http://www.ugr.es/~recfpro/rev102COL2port.pdf> out de 2017.

MARTÍNEZ, A, M.. **O que pode fazer o psicólogo na escola?**. Em aberto, v. 23, n. 83, 2010.

OHL, N, et al. **Escolarização e preconceito: lembranças de jovens com e sem deficiência.** Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) Volume 13, Número 2, Julho /Dezembro de 2009 243-250. Disponível em file:///C:/Users/usuario/AppData/Local/Temp/Temp1_artigos%20usados%20no%20TCC.zip/v13n2a06.pdf. Acessado em 03 de junho de 2017

Procedimentos-padrão das nações unidas para a equalização de oportunidades para pessoas portadoras de deficiências, /RES/48/96, Resolução das nações unidas adotada em assembleia geral. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br<seesp.>arquivos>pdf>. Acesso em 08 de abril de 2016.

RABELLO, Elaine; PASSOS, José Silveira. Vygotsky e o desenvolvimento humano. Disponível em <http://www.josesilveira.com/artigos/vygotsky.pdf> Acesso em 18/09/2017, 10:00 h.

RESENDE, D. O., FERREIRA, P. M., ROSA, S. M. **A inclusão escolar de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais: um olhar das mães.** Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, São Carlos, Mai/Ago 2010, v. 18, n.2, p. 115127.

RORIZ, T, M, S; AMORIM, K, S; FERREIRA, M, C, R. **Inclusão social/escolar de pessoas com necessidades especiais: múltiplas perspectivas e controversas práticas discursivas.** Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP 2005. Disponível em file:///C:/Users/usuario/AppData/Local/Temp/Temp1_artigos%20usados%20no%20TCC.zip/v16n3a09.pdf Acessado em 03 de junho de 2017.

ANEXOS

QUADRO 1- Levantamento de Material discursivo 2005 até 2012

Autores	Ano de publicação	Revista	Título do artigo	Tema por descritores Palavras chave
Leite, Irani de Amorim	2012		Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em uma escola pública de Santa Maria DF	Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão escolar.
Nascimento, Daniela	2013		A integração de crianças e jovens com NEE no contexto escolar	Educação Social NEE
Iago Araujo, José Freire	2014	Revista da abordagem Gestaltica	Os valores e a sua importância para a teoria da clínica da abordagem centrada na pessoa	Valores pessoais, psicologia clínica, abordagem centrada na pessoa, ética.
Isabel Chances, Antonio Teodoro	2006		Da integração a inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos	Educação especial, necessidades educacionais especiais, inclusão escolar, educação inclusiva.
Catiana Casarotto Rossarolla	2013		Um novo olhar para inclusão na educação infantil	Educação infantil; educação inclusiva; formação de professores
Rosana Glat e Ediclea Mascarenhas Fernandes	2005		Da educação segregada a educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira	Educação segregada; educação inclusiva; educação especial

Autores	Ano de publicação	Revista	Título do artigo	Tema por descritores Palavras chave
Leticia Maria Galdino de Oliveira	2003		Educação especial e tecnologias computacionais: jogos de computador auxiliando o desenvolvimento de crianças especiais	Recurso computacionais; inclusão escolar; desenvolvimento cognitivo
Tais EvangelhoZavareze	2009		A construção histórico cultural da deficiência e as dificuldades atuais na promoção da inclusão	Histórico, pessoas com deficiência inclusão
Kelly Ambrósio Silveira; Sonina Regina FiorimEnumo, Edinete Mari Rosa	2012	Rev. Brasileira	Concepção de professores sobre inclusão escolar e interações em ambientes inclusivos: uma revisão de literatura 1	Educação inclusiva; professores, deficiências; interação professor e alunos
Roberta Gianotti, Pereira Casal e Delgado	2005		Um novo caminho o processo da inclusão com o deficiente mental moderado e a matemática	Deficiente mental, Piaget, aprendizagem matemática
SadãoOmote, Anna Smapaio, Luciana Baleotti, Sandra Martins	2005		Mudanças de atitudes sociais em relação a inclusão	Educação especial; inclusão atitudes sociais; formação de professores
Marcia Alves; DeniaLisboa ;Denise Lisboa			Autismo e inclusão escolar	Autismo e inclusão escolar, educação especial
Maria Mantoan	2008	Caderno CEDES	Educação escolar de deficientes mentais; problemas para a pesquisa e o desenvolvimento	Deficiente mental, educação inclusiva ,pesquisa fundamental representação sociais
Claudia gomes& Fernando Luiz Rey	2007	Psicologia ciência e profissão	Inclusão Escolar: Representações Compartilhadas de Profissionais da Educação acerca da inclusão Escolar	Inclusão escolar, ensino fundamental, representação sociais
Fernanda PioversanDota;Denise Maria AlvaroAlvaro	2009	Rev. Psicopedagogia	Ensino inclusivo aspecto relevante	Docente, educação, criança portadoras de deficiência ,adaptação
Fernanda CacaesTeixeira, & Olga MitsueKubo	2008	Rev. Brasileira	Características das interações entre alunos com síndrome de down e seus colegas de turma ao sistema regular de ensino	síndrome de down, interação social; inclusão escolar; organização da ação pedagógica; educação especial
Erenice Natalia Soares de Carvalho	2007		Interação entre pares na educação infantil: exclusão – inclusão de crianças com deficiência intelectual	deficiência intelectual, cultura de pares, educação inclusiva
Lucia de Araujo Ramos Martins		Rev. Brasileira de ed. especial	Integrados escolar do portador da síndrome de down; um estudo sobre a percepção dos educadores	percepção dos educadores, Interação, síndrome de down;
Nilza Sanches Tassaró; Ana Sayuri Ribeiro Waricoda; Renata Cristina Marques Bolonheis, Ana Paula Barletta Rosa	2005	Psicologia escolar e educacionais	Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais	Educação; alunos; excepcionalidade
Tania pieczkowski			O processo de integração / inclusão de alunos com necessidades educacionais deficiência mental em escola regulares do Chapecó sc	Integração, inclusão, educação inclusiva, deficiência mental
Daniella Oliveira Resende; Patrícia Martins Ferreira; Suely Marques Rosa	2010	Caderno de terapia ocupacional da UFSCar	A inclusão escolar de crianças e adolescentes com necessidade educacionais especiais um olhar das mães	inclusão educacional , mãe ,alunos com necessidades especiais
Masini ,Bazon			A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior	Contexto social, inclusão falta de aceitação na comunicação preconceito social

Autores	Ano de publicação	Revista	Título do artigo	Tema por descritores Palavras chave
Abia Felix Faro	2011		Inclusão escolar do deficiente intelectual; um olhar sobre a prática docente	Inclusão, deficiente intelectual, necessidades especiais, formação de professores, práticas educacionais
Marina Regina Cazzaniga Maciel	2006		Portadores de deficiência a questão da inclusão social	Deficiência, exclusão social, educação e economia, política educacional
Flavia Furtado Silveira; Marisa Maria Brito da Justa Neves	2006	Psicologia; teoria e pesquisa	inclusão escolar de criança com deficiência múltiplas concepção de pais e professores	deficiência múltiplas, concepção de pais e professores, inclusão escolar e social
Luciane NajarSmehaNedioSeminotti	2008		Educação inclusiva: Perspectivas da diferença no grupo de alunos	Grupo de crianças, inclusão, escola
Roberta Kafrouni; Miriam Aparecida Graciano de Souza Pan	2001		A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e os impasses frente à capacitação dos profissionais da educação básica: um estudo de caso	Educação especial, Inclusão
Miriam Cristina Frey de Lira; Luciane Maria Schlindwein	2008		A pessoa cega e a inclusão: um olhar a partir da psicologia histórico- cultural	Psicologia histórico cultural, Pessoa Cega
Maria Elisa Caputo Ferreira	2007	Educação e Pesquisa	O enigma da inclusão: das intenções as práticas pedagógicas	Educação especial Deficiência, Inclusão
Claudia Gomes & Vera Lucia Trevisan de Souza	2012	Psicologia: Ciência e Profissão	Psicologia e inclusão Escolar: Reflexões Sobre o Processo de Subjetivação de Professores	Inclusão Escolar; Necessidades Educativas Especiais; Profissionais da Saúde
Maria Guerrero Ohl; Carla BiachaAngelucci; Aneline Menezes Nicolau; Caroline Honda	2009	Rev Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional(ABRAPEE)	Escolarização e preconceito; Lembranças de jovens com e sem deficiência	Inclusão escolar; Psicologia Escolar; Preconceito